Ata da Audiência Pública de demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais 1º Quadrimestre de 2025. Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco (30/05/2025), no auditório da Câmara Municipal de Casa Branca, localizado na Rua Barão de Casa Branca, nº 220, centro, às 19h iniciou à audiência pública de demonstração e avaliação das Metas Fiscais referente ao Primeiro Quadrimestre do Exercício de 2025, conforme convite publicado em vinte e oito de maio de dois mil e vinte e cinco, na Página Oficial da Prefeitura Municipal de Casa Branca e suas redes sociais. O Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças, Senhor Marco Aparecido Pereira, abriu a audiência, cumprimentou todos os presentes, iniciou a explanação elucidando sobre a Base Legal da Audiência Pública constatada no artigo 9º parágrafo 4º da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), "Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre em audiências públicas". Continuou com o conceito do RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária embasado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seguida esclreceu que Receitas Primárias são receitas correntes que advem de tributos, contribuições sociais e dividendos da União e Despesas Primárias são despesas sem juros, desconsiderando pagamentos de empréstimos e financiamentos. Explanou sobre o Resultado Primário, o qual engloba a Receita Total, Receitas Primárias, Despesa Total, Despesas Primárias, Resultado Primário e as Metas Fiscais e Quadrimestrais com fonte na LOA 2025 e RREO 2ºB 2025 obtendo os seguintes resultados na avaliação: Receita Total com -6% (seis inteiros por cento) abaixo do previsto; as Receitas Primárias com -2,3% (dois inteiros e três centésimos por cento) abaixo do previsto; a Despesa Total percebida com -18,7% (dezoito inteiros e sete centésimos por cento) abaixo do previsto; as Despesas Primárias com -13,5% (treze inteiros e cinco centésimos por cento) abaixo do previsto e o Resultado Primário, que refere-se a diferença entre as Receitas Primárias e as Despesas Primárias, atingido com -557,9% (quinhentos e cinquenta e sete inteiros e nove centésimos por cento) abaixo do previsto. Em seguida elucidou sobre as receitas expondo, suas previsões iniciais até o primeiro quadrimestre e suas realizações, apresentando uma meta até o

primeiro quadrimestre de 33,3% (trinta e três inteiros e três centésimos por cento), sendo atingido a casa de 31,3% (trinta e um inteiros e três centésimos por cento) portanto abaixo da meta inicial. Prosseguiu demonstrando os resultados entre a previsão do quadrimestre e a realizada, como segue: receitas de impostos, taxas e contribuições, as quais englobam IPTU, ISS e ITBI, perfazendo -1,6% (hum inteiro e seis centésimos por cento) abaixo do esperado; receitas de contribuições, -2,2% (dois inteiros e dois centésimos por cento) abaixo do previsto; receita patrimonial, relacionado aos rendimentos financeiros, 30% (trinta inteiros por cento) acima do previsto; receita de serviços, refere-se aos serviços adminsitrativos, juros e multas, -24,9% (vinte e quatro inteiros e nove centésimos por cento) abaixo do esperado; receita de transferências correntes englobam FPM, ICMS e ITR, apresentou um resultado -3,3% (três inteiros e três centésimos por cento) abaixo da expectativa; outras receitas correntes, refere-se as multas administrativas, -46,5% (quarenta e seis inteiros e cinco centésimos por cento) abaixo do esperado; enquanto as receitas de capital, relaciona-se as operações de crédito, apontou -60,7% (sessenta inteiros e sete centésimos por cento) abaixo da expectativa. Em seguida esclareceu sobre as receitas narrando, suas previsões iniciais até o primeiro quadrimestre e suas realizações, apresentando uma meta até o primeiro quadrimestre de 33,3% (trinta e três inteiros e três centésimos por cento), sendo atingido a casa de 31,3% (trinta e um inteiros e três centésimos por cento) portanto abaixo da meta inicial. Continuou a explanação demonstrando as aplicações com Educação, empregou 20,29% (vinte inteiros e vinte e nove centésimos por cento) de despesa liquidada e 21,66% (vinte e um inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) de despesas empenhadas; sendo as aplicações mínimas exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para Educação 25% (vinte e cinco por cento). A seguir demonstrou a aplicação em saúde onde foi aplicado 20,1% (vinte inteiros e um centésimos por cento) de despesa liquidada e 29,01% (vinte e nove inteiros e um milésimos por cento) de despesas empenhadas; sendo as aplicações mínimas exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para Saúde o montate de 15% (quinze por cento). Prosseguiu com o conceito do RGF – Relatório de Gestão Fiscal: instrumento que possibilita assegurar a transparência dos gastos

públicos com observância dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Avançando apresentou o quadro com explanação da Despesa Total com Pessoal que encerrou o 1º Quadrimestre em 34,18% (trinta e quatro inteiros e dezoito centésimos por cento), sendo que o limite máximo desta despesa é de 54% (cinquenta e quatro por cento), o limite prudencial, de 51,30% (cinquenta e um inteiros e trinta centésimos por cento) e o limite de alerta 48,60% (quarenta e oito inteiros e sessenta centésimos por cento), confirmando que a Prefeitura Municipal de Casa Branca está cumprindo a meta. Findou com a demonstração da Dívida Consolidada Liquida em 1,09% (hum inteiro e nove milésimos por cento) sendo o limite legal é de 120% (cento e vinte inteiros por cento). Após encerrar a apresentação, abriu a palavra para questionamentos, o que não houve. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Marco Aparecido Pereira, encerrou a audiência, agradeceu a presença de todos. E para constar, eu, Maristela Cruz, lavrei a presente ata e anexo à lista de presença.

Maristela Cruz.

Marco Aparecido Pereira.